

II.10.8. PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. JUSTIFICATIVA

Apresentar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Projeto de Comunicação Social (PCS) da atividade de perfuração marítima a ser desenvolvida pela BG Brasil na Bacia de Barreirinhas, nos blocos BAR-M-215, BAR-M-217, BAR-M-252, BAR-M-254, BAR-M-298, BAR-M-300, BAR-M-340, BAR-M-342, BAR-M-344 e BAR-M-388.

A execução de um PCS neste contexto justifica-se pela necessidade de mitigar os impactos ambientais gerados pela atividade de perfuração. Para tanto, é necessário que seja estabelecido um relacionamento regular com grupos e atores sociais que iniciarão, em sua maioria, suas relações com o setor de petróleo e gás. Torna-se, assim, responsabilidade da empresa desenvolver um processo de comunicação que atenda às diretrizes do licenciamento e à realidade local.

Adicionalmente, devido à interface direta do empreendimento com a atividade pesqueira, é apresentado o **Subprojeto Monitoramento da Atividade Pesqueira**. Sua execução justifica-se pela necessidade de monitorar a presença de embarcações pesqueiras no entorno das unidades de perfuração, identificando seu porto de origem e alertando os pescadores sobre os riscos de permanecerem nesta área.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

Esclarecer as comunidades identificadas como público-alvo sobre aspectos da perfuração marítima a ser executada pela BG Brasil nos blocos BAR-M-215, BAR-M-217, BAR-M-252, BAR-M-254, BAR-M-298, BAR-M-300, BAR-M-340, BAR-M-342, BAR-M-344 e BAR-M-388, assim como contemplar os grupos de interesse identificados, bem como os demais atores sociais da Área de Influência.

Objetivos específicos

1. Estabelecer uma via de interlocução regular com os grupos e atores sociais, na qual as partes interessadas possam ser informadas e incentivadas a manifestar suas dúvidas e posicionamentos.
2. Informar especificamente os seguintes aspectos da perfuração: (i) nome das unidades de perfuração e das embarcações de apoio e respectivas funções; (ii) equipamentos visíveis na superfície do mar; (iii) área e características da operação; (iv) período de realização das atividades; e (v) medidas a serem adotadas pela BG Brasil para mitigação e controle dos perigos e impactos efetivos e potenciais das atividades, relacionando-os aos projetos ambientais.
3. Informar as comunidades afetadas sobre a área utilizada para cada perfuração.
4. Informar sobre a previsão de indenização por danos causados a petrechos de pesca.
5. Monitorar a Zona de Segurança das unidades de perfuração e a rota utilizada pelas embarcações de apoio.

3. METAS E INDICADORES

Metas são resultados que se desejam obter com a execução do projeto; os indicadores quantificam a execução das metas e demonstram os resultados alcançados. As metas e indicadores deste projeto são apresentados na **Tabela II.10.8.1**.

TABELA II.10.8.1 – Objetivos específicos, metas e indicadores

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	INDICADORES
1, 2, 3 e 4	Informar sobre as atividades da BG Brasil na Bacia de Barreirinhas durante todo o período de perfuração para 100% das partes interessadas (público-alvo, grupos de interesse e demais atores sociais da Área de Influência). Os indicadores desta meta estão em consonância com os indicadores de monitoramento para o impacto de geração de expectativa (ver Avaliação de Impactos Ambientais), pois a comunicação qualificada é essencial para harmonizar expectativas da população.	<ul style="list-style-type: none"> › Índice de recebimento pelas partes interessadas dos instrumentos de divulgação desenvolvidos (boletins informativos impressos e correio eletrônico) ao longo da operação. Este índice é formado pela relação entre o número de sujeitos e atores sociais que receberam os instrumentos de divulgação pelos Correios, por meio virtual e presencialmente <i>versus</i> número total. › Índice de avaliações positivas realizadas sobre o conteúdo dos boletins informativos obtidas nas reuniões periódicas. Este índice é formado pela avaliação final sistematizada referente à avaliação positiva destes instrumentos de divulgação <i>versus</i> o total de avaliações.
1, 2 e 3	Realizar comunicados sobre a atividade por radiodifusão de circulação da Área de Influência.	<ul style="list-style-type: none"> › % da área de influência abrangida pelos comunicados realizados por radiodifusão. Este índice é composto pela relação entre os municípios que compõem a Área de Influência e o número de municípios abrangidos pelas rádios. › Número de anúncios radiofônicos previstos e veiculados.
1	Registrar e retornar 100% dos contatos diretos realizados na linha telefônica e no endereço eletrônico disponível.	<ul style="list-style-type: none"> › Índice de contatos diretos realizados e retornados, com mapeamento de clareza de entendimentos. Este índice é composto pelo total de contatos realizados retornados <i>versus</i> o total de contatos recebidos.
1, 2, 3 e 4	Desenvolver apresentações presenciais do empreendimento nas comunidades pesqueiras cujo impacto foi classificado como de média importância com estabelecimento e abertura de diálogo.	<ul style="list-style-type: none"> › Índice de reuniões realizadas com as comunidades pesqueiras cujo impacto foi classificado como de média importância. Este índice é formado pelo número de apresentações realizadas <i>versus</i> o número de comunidades classificadas cujo impacto foi classificado como de grande importância.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	INDICADORES
1	Registrar 100% dos questionamentos, preocupações e percepções sobre as atividades da BG Brasil na Bacia de Barreirinhas e sobre o licenciamento de modo geral. Estes questionamentos podem surgir nas reuniões e nos meios de comunicação de contato direto (linhas telefônicas e endereço eletrônico).	<ul style="list-style-type: none"> › Índice de registros de esclarecimentos efetuados, com evidências como: depoimentos e documentos redigidos, como atas de reuniões e cartas de resposta. Este índice é formado pelo número de esclarecimentos efetuados <i>versus</i> o total de esclarecimentos solicitados. › Número de reclamações e dúvidas a respeito da operação recebidas pela empresa durante o período da atividade de perfuração <i>versus</i> número total de reclamações e dúvidas. › Número de reclamações e dúvidas atendidas <i>versus</i> número total de reclamações e dúvidas recebidas.
1	Estabelecer articulação e interlocução dialógica inclusiva em 80% das abordagens nas reuniões.	<ul style="list-style-type: none"> › Índice de avaliações positivas sobre o processo de comunicação nas reuniões. Este índice é formado pelas avaliações positivas <i>versus</i> o número total das avaliações.
4 e 5	Registrar e encaminhar para solução 100% dos incidentes registrados.	<ul style="list-style-type: none"> › Número de incidentes ocorridos com barcos e petrechos de pesca, nº de atendimentos já efetuados e o período médio de tempo das indenizações <i>versus</i> número de incidentes investigados. › Número de investigações abertas <i>versus</i> número de investigações concluídas (com ou sem indenização). › Número de incidentes ocorridos <i>versus</i> número de incidentes notificados em até 48 horas à CGPEG.
5	Registrar 100% das embarcações que se aproximarem das Zonas de Segurança das unidades de perfuração marítima e da rota das embarcações de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> › Número de registros de embarcações nas zonas de segurança e evidências coletadas via fotografia. › Número de registros de embarcações na rota das embarcações de apoio e evidências coletadas via fotografia.
5	Treinar pelo menos dois profissionais por unidade de perfuração para identificação e comunicação pesqueira nas zonas de segurança de modo a ter sempre um responsável por esta atividade embarcado em cada unidade.	<ul style="list-style-type: none"> › Número de profissionais treinados para o monitoramento da zona de segurança em relação ao número previsto.
5	Treinar pelo menos quatro profissionais por embarcação de apoio para identificação e comunicação pesqueira na rota das embarcações de apoio de modo a ter sempre pelo menos dois responsáveis por esta atividade embarcados em cada embarcação de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> › Número de profissionais treinados para o monitoramento da rota das embarcações de apoio em relação ao número previsto.

4. PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas deste PCS foram divididas em dois grupos:

- Público-alvo;
- Grupos de interesse.

4.1. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste projeto (**Anexo A**) é composto pelos segmentos sociais que possam, direta ou indiretamente, sofrer impactos da perfuração marítima na Bacia de Barreirinhas, nos blocos de atuação da BG Brasil (blocos BAR-M-215, BAR-M-217, BAR-M-252, BAR-M-254, BAR-M-298, BAR-M-300, BAR-M-340, BAR-M-342, BAR-M-344, BAR-M-388).

Neste grupo, incluem-se, especificamente:

- Grupo 1: município com comunidades com área de pesca artesanal com sobreposição à área dos blocos.
- Grupo 2: municípios com comunidades com área de pesca artesanal com atuação restrita à Baía de São Marcos e no canal de acesso ao porto.

Ressalta-se que a divisão do público-alvo é baseada no resultado da Avaliação de Impactos Ambientais (Capítulo II.8.2), onde foi constatado que o Grupo 2, por ter frota artesanal com atuação restrita à Baía de São Marcos é o mais vulnerável às atividades de perfuração.

Em cada grupo, são considerados como público-alvo:

- Comunidades pesqueiras da Área de Influência.
- Entidades da classe pesqueira de representação comunitária, municipal e estadual dos municípios da Área de Influência, pelo seu caráter representativo da classe pesqueira.
- Autarquias municipais ligadas à pesca e meio ambiente.
- Representantes de Unidades de Conservação.
- ONGs e demais entidades do terceiro setor ligadas à pesca e ao meio ambiente.

A **Tabela II.10.8.2** identifica as comunidades pesqueiras da Área de Influência.

TABELA II.10.8.2 – Comunidades pesqueiras da Área de Influência.

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
CE	Acaraú	Sede de Acaraú
MA	Paulino Neves	Sede
		Praia do Tatu
	Humberto de Campos	Sede
		Sede
	São José de Ribamar	São Benedito
		São Raimundo
		Centro
	Paço do Lumiar	Pau Deitado
		Iguaíba
		Porto de Mocajituba
	Raposa	Vila Lacy
		Vila Araçagy
	São Luís	Vila Samara
		Pedrinhas
		Porto Grande
		Cajueiro

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
[Green Box]		Garapa
		Vila Maranhão
		Tamancão
		Vila Nova
		Sá Viana
		Camboa
	Cajapió	Sede
		Inglaterra
	Alcântara	Sede
		Vista Alegre
	Guimarães	Cumã
	Cedral	Sede
	Cururupu	Sede

Legenda:  Grupo 1;  Grupo 2

4.2. GRUPOS DE INTERESSE

A lista de grupos de interesse (**Anexo B**) reflete as mesmas informações que as apresentadas no item II.6.3.15 Grupos de Interesse do Diagnóstico do Meio Socioeconômico.

5. METODOLOGIA

A metodologia deste PCS busca atender seus objetivos e metas, com aplicação dos instrumentos de divulgação. Para cada parte interessada, relacionam-se as devidas ferramentas, conforme apresentado na Tabela II.10.8.3 no item 6. ETAPAS DO PROJETO deste documento.

Para além dessa relação objetiva e lógica entre atendimento de objetivos *versus* instrumentos de divulgação, é necessário fortalecer o entendimento da relação subjetiva da comunicação. Segundo Possoli (2015), entende-se por sujeito o indivíduo que é capaz de agir por si mesmo, isto é, capaz de pensar, decidir e atuar conforme sua própria decisão. Sendo assim, a subjetividade engloba todas as peculiaridades inerentes à condição de ser sujeito envolvendo as capacidades sensoriais, efetivas, imaginativas e racionais da pessoa.

Para Lamizet (1992), o sujeito na comunicação pode ser observado em três dimensões fundamentais: a primeira um modo de descrição dos comportamentos e das práticas sociais; a segunda, uma abordagem única das relações entre os sujeitos no campo da cultura e das representações simbólicas; e a terceira, a dimensão enunciativa do sujeito, ou seja, da sua função de discurso.

Assim, observa-se a complexidade envolvida na comunicação. É justamente a consciência do entendimento desta complexidade plural (indivíduo, relações humanas, símbolos, conceitos e comunicação) que reforça alguns princípios necessários a este PCS.

A atividade de perfuração poderá acarretar em interferências no modo de vida de pescadores. A BG Brasil, ao estabelecer com este público uma relação pautada em transparência, compromisso e inclusividade busca mitigar esses impactos. A inclusividade diz respeito ao “outro”, em considerar suas diversidades, o que enriquece perspectivas e cria novas possibilidades de ação (SCHOMMER, P e BOULLOSA, R. F., 2011).

Neste sentido, o projeto adéqua a comunicação a cada interface necessária, buscando linguagem clara e relacionamento regular com as partes interessadas. Sobre a comunicação, três considerações são necessárias:

- A partir do entendimento de que **o indivíduo é um ser social**, a comunicação é uma das maneiras utilizadas para estabelecer relações sociais. Segundo Peirce (1995), a comunicação é orientada pela semiótica e deve ser compreendida como a materialização do pensamento e do sentimento em signos conhecidos pelas partes envolvidas. É esta materialização que possui um potencial de diálogo, ou seja, de conversa que deve ser utilizada de maneira clara, especialmente com os pescadores nas **reuniões** (descritas adiante). Para Maturana (1998), a conversa, na ação educativa, é elemento central na relação que produz o conhecimento e constitui-se em um espaço relacional por excelência na ação educativa.
- **A comunicação possui barreiras que requerem compreensão e diluição.** De modo geral, são três os tipos de barreiras (RAMOS, 2003):
 - Humanas (limitações pessoais, hábitos de ouvir, emoções, preocupações, sentimentos pessoais, motivações e interesses, opiniões e atitude);
 - Físicas (espaço físico, distância, interferência física, falhas mecânicas, ruídos ambientais, ocorrências locais);
 - Semânticas (interpretação das palavras, tradução da linguagem, significado de sinais e símbolos, decodificação de gestos e sentido das lembranças e experiências).
- **A objetividade na comunicação não será alcançada em sua plenitude**, devido a dificuldades que o receptor possui em apreender a informação na integralidade – a isso, dá-se o nome de Objetividade Impossível, segundo Barros Filho (2003). Parte desse entendimento deriva da existência das barreiras mencionadas e do fato de que uma fração de interlocutores envolvidos não é observadora experimentada, ou seja, neste caso, não possui qualquer experiência no que se refere ao licenciamento ambiental ou à relação com a indústria de petróleo. Esta realidade é um desafio considerando que a comunicação é efetiva quando há geração de entendimentos comuns.
- **Sentido de ciclo:** este projeto deve ser percebido como um processo que se inicia de modo legitimado com grupos e atores sociais e é finalizado com eles. Ou seja, há, simbolicamente, uma “abertura de portas” e uma devolutiva de resultados ao final. Esse pressuposto é fundamental, pois assegura os princípios sociais do relacionamento da empresa com seu público-alvo.

6. ETAPAS DO PROJETO

As ações deste projeto abrangem, desde a etapa anterior às Audiências Públicas até a desmobilização do empreendimento, incluindo a avaliação dos resultados da perfuração. O processo de comunicação envolve seis frentes de atuação: (i) reuniões, (ii) materiais informativos impressos, (iii) contato direto, (iv) radiodifusão, (v) mecanismo de investigação de acidentes e (vi) monitoramento das zonas de segurança.

Considerando o período estimado das atividades de perfuração (19 meses), o projeto foi dividido em três etapas, sintetizadas na **Tabela II.10.8.3**. Após a tabela, a aplicação de cada ferramenta é detalhada.

TABELA II.10.8.3 – Ferramentas e etapas do PCS.

SUBITEM	FERRAMENTA	ETAPA 1 – ANTES DO INÍCIO DA PERFURAÇÃO	ETAPA 2 – DURANTE A PERFURAÇÃO	ETAPA 3 – AO TÉRMINO DA PERFURAÇÃO	PARTES INTERESSADAS
6.1.1	Reuniões setoriais	Sim	Não	Não	Público-alvo
6.1.2	Reuniões periódicas	Sim	Sim	Sim	Público-alvo
6.2	Boletins informativos	Sim	Sim	Sim	Público-alvo e grupos de interesse
6.3	Radiodifusão	Sim	Sim	Sim	Público-alvo
6.4	Contato direto com a BG Brasil	Sim	Sim	Sim	Público-alvo
6.5	Mecanismo de investigação de acidentes	Não	Sim	Não	Público-alvo
6.6	Subprojeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira	Não	Sim	Não	Público-alvo

6.1. REUNIÕES

Seguindo a metodologia apresentada neste documento, reuniões pressupõem a construção de entendimentos comuns sobre um tema, favorecendo trocas e valorização de saberes e conhecimentos locais. Neste sentido, há geração de conhecimentos a partir do estabelecimento de diálogo. No caso deste PCS, dois tipos de reuniões se completam e vão de encontro a um objetivo maior, que é o de garantir o acesso à informação. A seguir, o detalhamento de cada tipo.

6.1.1. REUNIÕES SETORIAIS

O EIA/RIMA é o instrumento que subsidia a concessão da Licença de Operação para a Atividade de Perfuração Marítima de Poços na Bacia de Barreirinhas. Durante o período de análise do EIA/RIMA, o IBAMA poderá promover Audiências Públicas nos termos da legislação vigente. As consultas públicas são fundamentais para o processo de obtenção da licença.

Considerando que as audiências são momentos de consulta e de escuta sobre temas que tendem a interferir na realidade da população local, o acesso à informação é fundamental. Previamente a estes eventos, o RIMA será entregue aos grupos de interesse. As reuniões setoriais, no entanto, possuem como foco o público-alvo, por ser a parte diretamente impactada pelo empreendimento.

O objetivo das reuniões setoriais é apresentar e discutir com o público-alvo os resultados do estudo ambiental, para que a participação social na Audiência Pública seja qualificada. Desta forma, há embasamento para sugestões, contribuições e validações com relação às informações.

Para atender aos diferentes públicos presentes nos municípios da Área de Influência, serão realizadas três reuniões por município, conforme discriminado abaixo:

- Comunidades pesqueiras artesanais, incluindo as entidades representativas de classe (colônia e associações de pesca).
- Representantes de autarquias municipais ligadas aos setores de pesca e meio ambiente.
- Representantes de Unidades de Conservação e ONGs ligadas aos setores de pesca e meio ambiente.

As reuniões setoriais, como etapa anterior à realização de Audiências Públicas, possuem, portanto, papel de promover o acesso à informação de forma direcionada ao segmento do público-alvo que se pretende atingir. A estratégia de realização é apresentada a seguir:

Atividades a serem desenvolvidas são:

- Atualização da lista apresentada no **Anexo A**.
- Identificação dos locais e horários mais adequados para a promoção das reuniões. A proposta de setorização das reuniões é apresentada no **Anexo C**.
- Envio do RIMA com antecedência de dois meses às partes interessadas.
- Elaboração de materiais de apoio para as reuniões setoriais, como banners de apresentação sobre o processo de licenciamento ambiental, apresentação em audiovisual com informações sobre o empreendimento e os resultados do EIA/RIMA.
- Validação das informações sobre os meios de comunicação mais utilizados nos municípios da Área de Influência para garantir a eficiência na divulgação e mobilização tanto das reuniões, como de outros instrumentos de divulgação.
- Divulgação e mobilização dos interessados para as reuniões, por meio de contato direto com lideranças e representantes das instituições identificadas.
- Realização das reuniões setoriais para informar sobre o licenciamento ambiental, sobre a atividade de perfuração a ser licenciada, sobre o RIMA e sobre a Audiência Pública.

Cada reunião será promovida com o seguinte roteiro:

- Explicação do objetivo da reunião.
- Apresentação dos participantes (individual ou por categorias).
- Apresentação e discussão dos temas a serem abordados: licenciamento ambiental, atividade de perfuração pretendida na região, resultados do EIA/RIMA. Discussão apoiada nos materiais visuais e em mediação com elementos lúdicos (posicionamento de tarjetas, desenhos etc.), garantindo a incorporação das informações independente do grau de instrução dos participantes.
- Discussão sobre o RIMA e apresentação dos resultados.
- Registro de dúvidas, questionamentos, contribuições e validações ao longo de toda a reunião.

Os resultados esperados são:

- Garantir acesso do público-alvo à informação qualificada sobre o EIA/RIMA da atividade de perfuração da BG Brasil e sobre as Audiências Públicas.
- Proporcionar a reflexão e a discussão prévia dos resultados do EIA/RIMA pelo público-alvo ao oferecer uma compilação das principais dúvidas, questões e demandas formuladas por este público nas reuniões, além de prepará-lo para a Audiência Pública.

Todas as reuniões serão formalizadas por convites a pessoas físicas e/ou pertencentes ao público-alvo. Os convites deverão ter seu recebimento comprovado, assinado pela pessoa física ou representante da instituição convidada, constando da data de recebimento. As reuniões serão documentadas por: i) lavratura de ata redigida em tempo real, a qual deve ser assinada pelos representantes presentes na reunião e ii) lista de presença com nome, instituição, profissão, CPF e telefone de contato dos participantes.

6.1.2. REUNIÕES PERIÓDICAS

As reuniões periódicas enfatizarão a descrição da atividade, aspectos ambientais da Área de Influência do empreendimento, impactos ambientais efetivos e potenciais, medidas mitigadoras e compensatórias aplicáveis a estes impactos e legislação relacionada ao empreendimento.

As reuniões periódicas ocorrerão antes do início da perfuração exploratória, durante a atividade de perfuração e ao final da atividade. A mobilização prévia será etapa fundamental para garantir participação.

As reuniões antes do início e ao final da atividade de perfuração serão realizadas considerando todo o público-alvo mapeado no item 4.1 (**Anexo A**). Durante a atividade de perfuração, considerando o grau de impacto previsto nas comunidades afetadas pela atividade, a frequência das reuniões é apresentada na **Tabela II.10.8.4**.

TABELA II.10.8.4 – Frequência das reuniões periódicas

PÚBLICO-ALVO		FREQUÊNCIA DAS REUNIÕES
Grupo 1	Comunidades pesqueiras e entidades pesqueiras municipais; autarquias municipais ligadas à pesca e meio ambiente.	A cada (06) seis meses
Grupo 2	Comunidades pesqueiras e entidades pesqueiras municipais.	A cada (03) três meses
	Autarquias municipais ligadas à pesca e meio ambiente.	A cada (06) seis meses

As atividades a serem desenvolvidas são:

- Atualização do público a ser contactado. A realização das reuniões setoriais ajudará neste levantamento e membros que participaram destas reuniões serão convidados a participar das reuniões periódicas.
- Divulgação e mobilização dos interessados para as reuniões por meio de contato direto com lideranças e representantes das instituições. Deverá haver mobilização prévia nas comunidades pesqueiras, a fim de comunicar sobre a importância das reuniões periódicas aos pescadores, para que estejam presentes.
- Realização das reuniões periódicas, com o objetivo de informar sobre o cronograma do empreendimento e demais características da atividade, impactos ambientais efetivos e potenciais da atividade, medidas mitigadoras e compensatórias aplicáveis a estes impactos e legislação relacionada ao empreendimento. Boletins informativos impressos e materiais visuais serão utilizados nas reuniões periódicas.
- Apresentação dos resultados dos projetos ambientais desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental a cada seis meses.

- Registro das principais dúvidas, sugestões e preocupações durante as abordagens, estipulando esta etapa como o marco zero do mapeamento de percepções e avaliação sobre o entendimento das informações e do processo de comunicação. O mapeamento de percepções será um documento avaliativo sobre o entendimento gerado a partir das reuniões, mensurando a eficácia da comunicação. Será atualizado a cada reunião periódica, para garantir uma avaliação processual de entendimentos comuns.
- Identificação de novas informações sobre níveis de representatividade e legitimidade das instituições, devido à importância desse entendimento para ações de comunicação e possíveis ações futuras às etapas de perfuração;

Todas as reuniões serão formalizadas por convites a pessoas físicas e/ou pertencentes ao público-alvo. Os convites deverão ter seu recebimento comprovado, assinado pela pessoa física ou representante da instituição convidada, constando da data de recebimento. As reuniões serão documentadas por: i) lavratura de ata redigida em tempo real, a qual deve ser assinada pelos representantes presentes na reunião e ii) lista de presença com nome, instituição, profissão, CPF e telefone de contato dos participantes.

6.2. BOLETINS INFORMATIVOS

Os boletins informativos deverão focar a descrição das atividades, os aspectos ambientais da Área de Influência do empreendimento, impactos ambientais efetivos e potenciais da atividade, medidas mitigadoras e compensatórias aplicáveis a estes impactos, previsão de ressarcimento de danos em caso de acidentes envolvendo embarcações e petrechos de pesca e legislação relacionada ao empreendimento. Sua linguagem possibilitará a compreensão das informações pelos segmentos atingidos.

Os boletins informativos impressos terão edições semestrais e serão entregues em mãos nas reuniões, nos portos de desembarque pesqueiros e em outros pontos de concentração de pescadores nas comunidades da Área de Influência. Para o público-alvo não previsto para as reuniões periódicas (representantes de Unidades de Conservação e terceiro setor), o boletim informativo impresso será distribuído por correio, com Aviso de recebimento. Para os grupos de interesse, a distribuição será por correio eletrônico.

A tiragem mínima do boletim informativo impresso é de 1.000 exemplares, distribuídos conforme apresentado na **Tabela II.10.8.5**.

TABELA II.10.8.5 – Quantidade de exemplares dos boletins informativos impressos a ser distribuída na Área de Influência

SEGMENTO	TOTAL DE ATORES SOCIAIS	QUANTIDADE DE EXEMPLARES POR ATORES SOCIAL	TOTAL
Comunidades pesqueiras da Área de Influência	25	20	750
Representantes das entidades pesqueiras (colônias e associações de pesca)	19	10	190
Demais instituições do público-alvo	31	1	31

O modelo do boletim informativo impresso da primeira edição é apresentado no **Anexo D**.

6.3. RADIODIFUSÃO

Serão elaborados anúncios em rádios AM, FM e VHF (frequência marítima) com comunicados sobre as atividades, seus períodos de execução, restrições a outras atividades, divulgação de local, data e hora das reuniões, além de outras informações relevantes à segurança e proteção ambiental. O conteúdo dos comunicados de início da atividade é apresentado no **Anexo E**.

6.4. CONTATO DIRETO COM A BG BRASIL

Serão disponibilizados canais de contato diretos entre as comunidades e a BG Brasil para atender questionamentos e posicionamentos das partes interessadas: (i) linha telefônica do tipo 0800, com funcionamento em horário comercial e (ii) endereço de correio eletrônico.

Os canais de contato serão divulgados nas seguintes ferramentas deste PCS: reuniões, boletins informativos e radiodifusão.

6.5. MECANISMO DE INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES

A BG Brasil prevê um processo consistente para recepção, investigação e resposta a reclamações de acidentes envolvendo embarcações e petrechos de pesca na área da atividade de perfuração marítima, na Bacia de Barreirinhas. Para elaborar o mecanismo de investigação de acidentes, a BG Brasil utilizou como referência o manual do IPIECA sobre planejamento e implementação de mecanismos de reclamação comunitária (IPIECA, 2015).

Caso ocorra acidente envolvendo perdas relacionadas à pesca (embarcações e petrechos), haverá a investigação da ocorrência e, caso seja concluído que o acidente foi causado pelas embarcações de apoio a serviço da BG Brasil, haverá ressarcimento dos danos causados.

O mecanismo de investigação de acidentes da BG Brasil será gerenciado de acordo com um procedimento operacional, que determina as etapas que devem ser seguidas pela equipe técnica envolvida na investigação para o tratamento eficaz dos acidentes. As etapas a seguir compõem a estrutura básica para implementação do mecanismo de investigação de acidentes.

Etapa 1: Receber a notificação

A notificação dos acidentes deverá ser realizada por meio de dois instrumentos: (i) canais de comunicação diretos entre as comunidades e a BG Brasil e (ii) contato via rádio VHF com técnicos das embarcações de apoio. Estes mecanismos devem ser conhecidos por todos os pescadores, sendo divulgados em folhetos (**Anexo F**), que trarão instruções para acionamento do mecanismo de investigação de acidentes.

(i) Notificação pelos canais de comunicação (telefone e e-mail)

Os pescadores poderão notificar o acidente ou perdas materiais através de qualquer um dos canais de contato direto da empresa, linha telefônica e endereço de e-mail. Funcionários da BG Brasil autorizados receberão a notificação e encaminharão para equipe técnica responsável pela investigação do caso.

A implementação do mecanismo de investigação de acidentes exige pessoal qualificado, com responsabilidades claramente definidas. Dessa maneira, os funcionários e/ou subcontratados responsáveis pelo atendimento aos canais de comunicação com a empresa serão treinados para conduzir a comunicação com eficácia, de maneira clara e objetiva, respeitando o nível de escolaridade, cultura e conhecimento do público.

(ii) Notificação via rádio VHF (embarcações de apoio)

Em casos de acidente, as embarcações de apoio à atividade de perfuração marítima também estarão disponíveis para contato via rádio VHF com a tripulação da embarcação pesqueira.

Etapa 2: Registro e avaliação

A primeira tarefa do responsável pelo atendimento aos pescadores em casos de acidente é registrar as características da embarcação envolvida e a natureza da ocorrência. Uma vez registrada a ocorrência, esta deve ser conduzida para investigação.

Para conduzir os atendimentos ao público, a BG Brasil colocará a disposição, um profissional capacitado para facilitar a comunicação com os pescadores e treinado para preencher de maneira correta a Ficha de Registros de Acidentes (**Anexo G**). Esta ficha tem os seguintes objetivos:

- Mapear o local do acidente: data e horário da ocorrência, localização e a rota da embarcação pesqueira;
- Identificar a embarcação pesqueira: nome da embarcação, número de registro da embarcação e porto de inscrição;
- Identificar a natureza da ocorrência: tipos danos à embarcação ou petrechos de pesca (tipo, quantidade, tamanho etc.);
- Identificar o tripulante: nome completo, dados da residência e telefone para contato;
- Anexar evidências: registros fotográficos do acidente.

Etapa 3: Investigação

A equipe técnica responsável pela investigação do acidente será encarregada de avaliar as informações e evidências (registros fotográficos) do fato ocorrido para verificar se o acidente ocorreu em função das operações da BG Brasil. Para tanto, será verificado, com a análise do diário de bordo, a localização das embarcações de apoio da BG Brasil, assim como a atividade sendo realizada (navegação, fundeio etc.).

Etapa 4: Resposta e indenização

A BG Brasil manterá as partes da queixa informadas sobre o progresso do mecanismo de investigação, garantindo a transparência da comunicação com os pescadores. A empresa se prontifica a atender às demandas apresentadas no que diz respeito à condução de indenizações às vítimas de acidentes com embarcações pesqueiras.

A indenização será efetivada, somente, após a apresentação de evidências comprobatórias do acidente e das perdas envolvendo embarcações e petrechos de pesca. Os pescadores serão indenizados mediante a reposição do material do mesmo valor do material perdido.

Etapa 5: Encerramento

Quando uma resolução for acordada, o estágio final será encerrar a comunicação, consolidar e avaliar as informações sobre o ocorrido, incentivando estratégias de melhoria e prevenção de acidentes por meio de um processo de aprendizado.

A **Figura II.10.8.1** apresenta o fluxograma com a síntese do mecanismo de investigação de acidentes que será implementado ao longo de todo o período de execução da atividade de perfuração marítima, na Bacia de Barreirinhas.

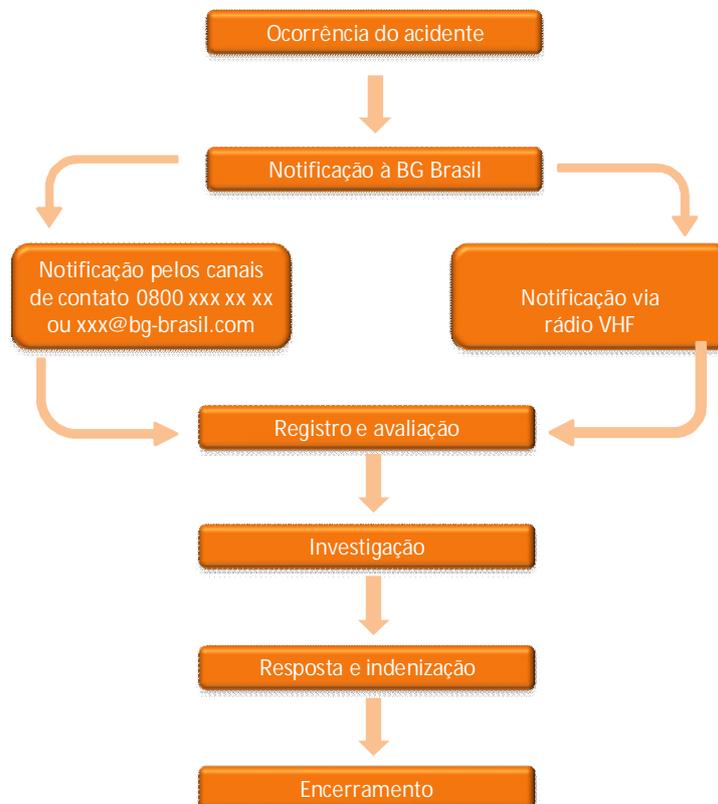


FIGURA II.10.8.1 – Etapas do Mecanismo de Investigação de Acidentes

6.6. SUBPROJETO DE MONITORAMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA

A execução deste subprojeto justifica-se pela necessidade de monitorar a presença de embarcações pesqueiras no entorno das unidades de perfuração, identificando seu porto de origem e alertando sobre os riscos de permanecerem nesta área. Adicionalmente, os resultados do monitoramento deverão ser reportados à Marinha do Brasil.

O objetivo deste subprojeto é identificar (registro fotográfico, entrevista via rádio, relato da atividade, porto de origem etc.) e catalogar as informações obtidas em um banco de dados a ser padronizado junto à CGPEG.

Para o monitoramento da atividade pesqueira, serão treinados profissionais para identificação e comunicação com embarcações pesqueiras nas embarcações de apoio e nas unidades de perfuração para que possam esclarecer, de forma adequada, sobre os impedimentos à atividade pesqueira, no caso da zona de segurança, e/ou preencher a Ficha de Controle e Abordagem das Embarcações Pesqueiras, que se encontra disponível no site do IBAMA. As informações provenientes de cada Ficha de Controle serão inseridas na Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras. Dessa forma, será possível estabelecer uma análise quantitativa e qualitativa dos dados e direcionar de modo mais adequado às ações de comunicação social em terra.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A eficiência do PCS será avaliada nos relatórios de implementação do projeto e terá como base a comparação dos resultados obtidos com os indicadores de implantação das metas. Seu conteúdo mínimo apresentará:

- Modelo dos boletins informativos;
- Comprovante de envio dos boletins informativos com Aviso de Recebimento e sua apresentação em tabela;
- Conteúdo dos anúncios veiculados em rádio gravados em mídia digital, comprovante e transcrição dos informes;
- Avaliações realizadas pelas comunidades e análise derivada;
- Registros de contatos telefônicos contendo numeração sequencial e apresentando as seguintes informações: data e horário da ligação, responsável pelo atendimento, nome da pessoa que fez a ligação, local de origem da ligação, público-alvo que se identifica, objetivo da ligação (reclamações, sugestões, dúvidas, entre outros) e os procedimentos sequenciais decorrentes da ligação;
- Registros dos contatos no Mecanismo de Investigação de Acidentes e documentação derivada;
- Relação de barcos observados durante a operação e uma análise quantitativa e qualitativa dos dados por meio da Planilha de Controle de Abordagem das Embarcações Pesqueiras;
- Descrição dos resultados alcançados a partir do cruzamento dos indicadores e da verificação das metas do projeto;
- Avaliação do mapeamento de percepção realizado regularmente nas reuniões.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Resultados esperados da comunicação não devem ser pensados como algo imutável ou absolutamente concreto. Comunicação envolve relacionamento e relações humanas, o que remete à subjetividade e perspectivas muito mais qualitativas do que quantitativas. Dessa maneira, o cenário de resultados esperados é:

- Processo de aprendizado fortalecido;
- Base de relacionamento entre empresa e partes interessadas construída com pilares norteados no respeito, inclusividade, diálogo e participação;
- Sentimento de satisfação criado na comunidade, inclusive pelo caráter de ciclo do projeto, por ser realizado de maneira regular e presente na região;
- Criação de um relacionamento saudável e harmonizado para possíveis novas etapas de atuação da BG Brasil na Bacia de Barreirinhas.

9. INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Este PCS inter-relaciona-se com os demais projetos ambientais desenvolvidos para as atividades da BG Brasil na Bacia de Barreirinhas, na medida em que disponibilizará informações não somente sobre a perfuração propriamente, como também sobre os outros projetos ambientais, considerando a interação com a comunidade sendo realizados de forma articulada de modo a maximizar seus resultados.

10. ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS E OUTROS

O PCS responde ao princípio constitucional da garantia ao direito do cidadão de acesso a informações de atividades que, potencialmente, podem implicar em danos ambientais, atendendo ao Termo de Referência 08/14, elaborado para o licenciamento ambiental deste empreendimento.

11. CRONOGRAMA FÍSICO

A Tabela II.10.8.6 apresenta o cronograma físico do PCS para o período de implementação do empreendimento. Ressalta-se que as reuniões setoriais serão realizadas no momento prévio à Audiência Pública, não comportando neste cronograma.

TABELA II.10.8.6 – Cronograma físico

ATIVIDADE	2 MESES ANTES		1 MÊS ANTES		1º SEMESTRE DE PERFURAÇÃO				2º SEMESTRE DE PERFURAÇÃO				3º SEMESTRE DE PERFURAÇÃO				4º SEMESTRE DE PERFURAÇÃO			
Criação e manutenção canais de comunicação de contato direto entre a BG Brasil e a população	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Elaboração e distribuição de boletim informativo impresso		■	■				■	■			■	■			■	■		■		
Reuniões periódicas			■	■			■		■		■		■		■		■			
Veiculação de anúncios para rádios AM, FM e VHF			■				■		■		■		■		■		■			
Treinamento dos profissionais para monitoramento da Zona de Segurança				■																
Mecanismo de Investigação de Acidentes						■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Monitoramento da Zona de Segurança						■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Relatório de Acompanhamento e Apresentação dos Resultados do PCS										■					■			■		
Relatório final do PCS																		■		

12. RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL

A BG Brasil é a empresa responsável pela implementação deste PCS. A Tabela II.10.8.7 apresenta as informações da empresa e a Tabela II.10.8.8, o responsável técnico pela implementação do projeto.

TABELA II.10.8.7 – Responsável institucional do PCS

RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	TELEFONE
BG E&P Ltda.	Av. República do Chile, 330/25º andar – Torre Oeste CEP: 22031-170 / Rio de Janeiro – RJ	(55 21) 3820-8000

13. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Pela elaboração do PCS, a responsabilidade técnica é das profissionais relacionadas na Tabela II.10.8.8. As cópias dos registros no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA são apresentadas no item II.18 – Equipe Técnica.

TABELA II.10.8.8 – Responsáveis técnicos

NOME	FORMAÇÃO	REGISTRO PROFISSIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Priscila Cordts	Comunicação Social e Relações Públicas	Não aplicável	3.989.759	
Bárbara Loureiro	Geografia	CREA-RJ 2.009.104.082	494.440	

14. BIBLIOGRAFIA

- BARROS FILHO, C. *A ética na comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- IPIECA. *Community grievance mechanisms in the oil and gas industry. A manual for implementing operational-level grievance mechanisms and designing corporate frameworks*. January: 2015.
- LAMIZET, B. *Les lieux de la communication*. Liège. Madarga, 1992.
- MATURANA, R. H. *Da biologia e psicologia*. Porto Alegre. Artmed, 1995.
- RAMOS, C.L. *Barreiras e estímulos da comunicação interpessoal nas organizações*. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2843/2/9907500.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo. Ática, 1995.
- POSSOLI, G. E. *O capitalismo no contexto das novas tecnologias e a reconfiguração da subjetividade e das relações humanas*. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2005/anaisEvento/documentos/com/TCCI039.pdf>>. Acesso em: 07 ago.2015.
- SCHOMMER, P.C.; BOULLOSA, R.F. (Orgs). *Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública*. Florianópolis. UDESC, 2011.